

ATA Nº 26/2017 REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL DE ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE VIZINHANÇA (EIV)

Ao vigésimo terceiro dia do mês de novembro do ano de dois mil e dezessete, às catorze horas e trinta minutos, na sala de reunião da Secretaria de Planejamento, localizada na Prefeitura Municipal de Balneário Camboriú, Rua Dinamarca Nº 320, realizou-se a reunião extraordinária da Comissão de Análise de Estudo de Impacto de Vizinhança, conforme Decreto nº 8.749, de 10 de novembro de 2017. Estiveram presentes o presidente Fábio Miranda Becker, a vice-presidente Maria Heloísa Lenzi, a Secretária Suellen Cristina Favaro, os seguintes membros: Clelia Witt Saldanha, Vinicius de Castro Oliveira e Giovanni Pasquale Beninca e os convidados Cristiane Sommariva e Unirio P. Sommariva representantes do empreendimento Auto Posto Dom Afonso Ltda. O membro Eduardo Luís Festa justificou sua ausência. A reunião iniciou-se com o presidente explanando que normalmente a entrega do Parecer é feita antes da reunião, mas tendo em vista que a assinatura foi feita na reunião regular da comissão que ocorreu imediatamente antes a esta não foi possível fazer a entrega antecipadamente. Ele justificou a necessidade do agendamento desta reunião com os responsáveis técnicos e proprietários tendo em vista que vários estudos foram protocolados e analisados e até o momento os questionamentos da comissão não foram elucidados de maneira satisfatória. Os convidados concordaram com a importância de se fazer os esclarecimentos sobre as informações a serem apresentadas em uma reunião. O Sr. Unirio disse que acha importante passar item a item como deve ser feito uma vez que ele recebe as análises, encaminha aos responsáveis técnicos, acreditando que estes irão sanar os questionamentos. O presidente disse estar preocupado com o EIV apresentado uma vez que praticamente todos os questionamentos não foram elucidados, só sendo atendidos dois itens e com informações conflituosas dentro do mesmo Estudo, por exemplo, a matriz não corresponde aos impactos apresentados. A vice-presidente ressaltou que a análise deve ser feita de forma minuciosa e de acordo com normas e leis pré-estabelecidos de forma a cumprir com o papel de servidores públicos, pois somos corresponsáveis pelo empreendimento. O membro Giovanni explicou também que num passado recente não havia uma comissão técnica que analisava os EIVs o que abriu precedente para muitos estudos virem incompletos, mas que a comissão tem buscado se reunir com os responsáveis técnicos com vista a esclarecer as dúvidas na elaboração dos estudos. O Sr. Unirio disse achar importante que os técnicos se adequem as normas. E ressaltou a importância de as leis sobre postos de combustíveis serem revistas pois muitas delas estão desatualizadas. A Sra. Cristiane disse ter elaborado um estudo prévio de trânsito para o qual sugere a colocação de uma rotatória ou semáforo na interseção entre as Ruas Dom Afonso e Dom Diniz. O Sr. Unirio afirmou que hoje em dia já é preciso um semáforo no local e que com a abertura do posto não vai crescer o número de viagens na região, pois pretende atender as pessoas que já passam pelo local. O presidente disse que o EIV deve abordar além do número de viagens, de que maneira serão os acessos no empreendimento, como por exemplo carga e descarga, pois os caminhões não podem interromper o trânsito das vias, todas essas informações devem estar descritas no estudo, contendo ainda como resolver o impacto gerado no trânsito. A Sra. Cristiane disse ter incluído algumas dessas informações no estudo, como por exemplo, onde ficam os tanques e de que maneira será feita a coleta de lixo. O Sr. Unirio disse que como medida mitigadora o ideal seria implantar uma rotatória e que com o aval do proprietário do terreno cederia um espaço dele para implantação da mesma na confluência das Ruas Dom Afonso e Dom Diniz, já que eles não vão utilizar esta parte do imóvel para construção do empreendimento. O presidente informa que devido ao atraso de 01 (uma) hora dos técnicos terá que encerrar a reunião. A

Sra. Cristiane pede então que as informações sejam passadas a eles para que repassem aos técnicos. A vice-presidente disse que a descrição no parecer está clara, mas pode passar item a item para sanar eventuais dúvidas ela passou então a fazer a leitura de item a item. 1) O projeto arquitetônico anexado ao EIV, não demonstra a(s) forma(s) de acesso de pedestres, a faixa de aceleração/desaceleração, estacionamento para motos, bicicletas, caminhões, acessibilidade no passeio; Os membros da comissão disseram que não está claro no projeto de que forma se dará o fluxo de acesso de veículos ao empreendimento (entradas e saídas), sejam clientes ou carga/descarga, que isto deve estar tanto sinalizado no projeto, quanto descrito no estudo e que os acessos devem acontecer de forma que não impacte as vias, portanto deve-se verificar se o dimensionamento dos acessos atendem à demanda, incluir faixa de aceleração/desaceleração, além de indicar a travessia elevada existente no local e de que forma ocorrerá o acesso de pedestres. 2) Não está clara a metodologia utilizada para a definição das áreas de influência do empreendimento (ADA, AID e AVI) bem como a classificação dos impactos e as medidas propostas. Além disso, a caracterização do entorno está muito genérica, a descrição da vizinhança imediata não confere com a realidade in loco. Os membros da comissão explicam que deve haver um critério para estabelecer a delimitação das áreas de influência do empreendimento, a vice-presidente exemplifica que inclusive os setores censitários utilizados pelo IBGE podem ser utilizados como critério de delimitação e que os técnicos podem escolher qualquer metodologia, desde que caracterizem a metodologia utilizada. Pois, os impactos na área de influência serão classificados e para cada impacto deve-se sugerir uma medida mitigadora. Ela sugere ainda que eles sigam o Termo de Referência adotado pela comissão. O presidente enfatiza que o foco maior do EIV é a redução dos impactos, por isso é tão importante as medidas mitigadoras para que o empreendimento cause o menor impacto possível. A vice-presidente esclarece que muitas dessas informações podem estar presentes no estudo feito para licenciamento junto à Fatma que convém aos técnicos verificar isto. Além disso, o estudo deve caracterizar melhor a vizinhança, pois a descrição está muito superficial. 3) Não foi apresentado o processo de tratamento dos resíduos líquidos perigosos. No item 17 (EIV 13/09/2017, pág. 39) cita as captações das águas no entorno das ilhas de abastecimento, onde haverá o tratamento e posterior remoção das mesmas, não havendo clareza nos processos, devendo descrever os mesmos. Deve descrever a forma do tratamento no estudo. 4) A caracterização da situação atual do tráfego bem como a projeção de viagens a serem geradas pelo empreendimento não possuem metodologia ou parâmetros pré-definidos/comprovados e não apresentam intervalos de tempo. A Sra. Cristiane disse que essas informações estão sendo atualizadas. 5) A caracterização da geração de emprego e renda não foi detalhada. O Sr. Unirio disse que já está sendo revista essa informação. 6) A descrição da vegetação não confere com a realidade do local. O membro Vinícius destaca que é importante informar a vegetação bem como indicar se elas serão preservadas e de que forma. A Sra. Cristiane disse que vai rever incluindo ainda a questão do ajardinamento previsto no projeto. 7) As medidas mitigadoras, compensatórias e/ou de controle estão controversas e não indicam em que proporção afetarão aos impactos. 8) A CEIV solicita que seja apresentado uma tabela (Matriz) onde fiquem listados os impactos gerados pelo empreendimento identificados no EIV, correlacionando as medidas mitigadoras ou potencializadoras e também indicando os planos e programas de monitoramento. A vice-presidente reforça que isto deve estar facilmente identificável na Matriz. 9) A CEIV alerta também que para aprovação do projeto, deverão ser apresentados, de forma detalhada, os Planos e Programas de Monitoramento, conforme indicados no EIV. Ela explica que estas informações devem estar presentes no Estudo assim como foram apresentadas para licenciamento ambiental. 10) A Matriz de Impacto não apresenta correlação direta e clara com

os itens descritos no relatório de EIV. O presidente exemplifica que itens apresentados na Matriz não estão presentes no Estudo tal como o item "Conflitos com a comunidade" que em nenhum momento é citado e nem descrito. A vice-presidente explica que a Matriz deve ser um resumo do Estudo, portanto as informações ali presentes devem condizer com os impactos apresentados ao longo do Estudo. 11) Não foram identificados no projeto os sistemas de reservação e reuso de águas pluviais. A Sra. Cristiani disse que isto está previsto em projeto e que vai descrever. A vice-presidente disse que o reuso é uma forma de redução de impactos e pode ser considerado na matriz. 12) O acesso aos sanitários PNE (masculino e feminino), localizados no canto nordeste do lote que são através do jardim, conforme projeto arquitetônico apresentado. Recomenda-se para a aprovação do projeto que o mesmo deverá ser revisto e adequado às disposições da NBR 9050/2015, por tratar-se de uma rota acessível. A Sra. Cristiani explica que estes sanitários serão para os funcionários da troca de óleo e portanto não serão adaptados, os sanitários adaptados estarão situados dentro da loja, nesse sentido ela irá anexar o projeto atualizado. 13) Apresentar RRT referente à (s) atividade (s) de responsabilidade do Arq. Alexandre Cícero Pereira da Silva no EIV. Os membros explicam que cada laudo deve ter o seu responsável técnico pela atividade e que isto não está sendo apresentado. 14. Correções a serem realizadas ou esclarecidas no EIV de 13/09/2017: * Item 6 – pág. 08 - Construção vertical?; pág. 09 – taxa de ocupação do embasamento 80% (inversão na declaração); * Item 8.1 – pág. 12 – Citação da Lei 861/89 como aplicável ao Zoneamento, Parcelamento e Uso do Solo, porém a mesma "Dispõe sobre a limpeza nos imóveis, o fechamento de terrenos, etc..."; * Item 10.9 – pág. 20 – A dimensão das vagas destinadas à estacionamento estão em desacordo com a Lei 2794/2008, Capítulo III – Definições – sendo a dimensão mínima de 2,50 x 5,00 metros. Os membros explicam que estas correções, embora pontuais, devem ser corrigidas no Estudo e no projeto arquitetônico. O presidente conclui dizendo que a Comissão fica aguardando a complementação do EIV para dar continuidade da análise. Encerrou-se a reunião às 15:30. Nada mais sendo dito, eu, Suellen Cristina Favaro, secretária lavrei a presente ata para que seja assinada e surtam os efeitos legais.


Suellen Cristina Favaro
Secretária


FÁBIO MIRANDA BECKER (Presidente)


VINÍCIUS DE CASTRO OLIVEIRA (membro)


MARIA HELOÍSA LENZI (Vice-presidente)


GIOVANNI PASQUALE BENINCA (membro)


CLELIA WITT SALDANHA (membro)


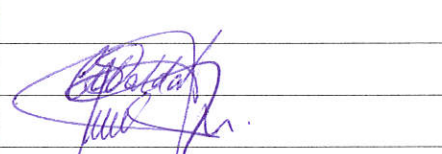


SECRETARIA DE PLANEJAMENTO E GESTÃO ORÇAMENTÁRIA

REUNIÃO DA COMISSÃO ESPECIAL PARA ANÁLISE DE ESTUDO DE IMPACTO DE
VIZINHANÇA - Decreto nº 8.701, de 25 de setembro de 2017

LISTA DE PRESENÇA

DATA: 23/11/2017

MEMBROS	ASSINATURA
FÁBIO MIRANDA BECKER (Presidente)	
MARIA HELOÍSA B. C. FURTADO(Vice-Pesidente)	
SUELLEN CRISTINA FAVARO (Secretária)	
GIOVANNI PASQUALE BENINCA (Membro)	
HELVYS ZERMIANI (Membro)	
RAFAEL ALESSANDRO BAZZANELLA (Membro)	
RAFAEL ESCOBAR DE OLIVEIRA (Membro)	
TEO JUNIOR OSTERKAMP (Membro)	
CLELIA WITT SALDANHA (Membro)	
VINÍCIUS DE CASTRO OLIVEIRA (Membro)	
EDUARDO LUIS FESTA (Membro)	

CONVIDADOS

[illegible]